

DA INFLUENCIA DO FORO

S O B R E

A FELICIDADE PÚBLICA.

ORAÇÃO INAUGURAL

RECITADA A 12 DE OUTUBRO DE 1807

P E L O

DOUTOR JOSE IGNACIO DA ROCHA PENIZ,

TERCEIRO LENTE DA FACULDADE DE CANONES, COM EXERCICIO
NA CADEIRA DA FÓRMA JUDICIAL.



C O I M B R A ,

NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

1 8 0 8 .

Com licença do Governo.

Quando os Estatutos Juridicos regularão as Lições da Praxe Formularia (a), quizerão que aos Elementos e Exercícios praticos precedesse a historia breve do Foro Portuguez. Conforma-mo-me aos Estatutos, occupará hoje o meu Discurso a influencia do Foro sobre a felicidade pública; a sciencia, integridade, e responsabilidade, que o preservão da corrupção; a sorte, que entre nós experimentou a Escola dos Glossadores, dos Accurcianos, dos Bartolinos, e dos Casos julgados; as instituições, que formou o Senhor Rei D. JOSE para instaurar no Reino a Escola Cujaciana; o melhoramento, que ella havia produzido no Foro das outras Nações; os motivos, que ainda retardão seu influxo no Foro Patrio; a ordem, que seguírei nas lições da Cadeira.

Esta materia interessando por si mesma a todos os Juristas, interessa mais particularmente aos que no anno lectivo tero a honra de contar por ouvintes. Eu a compendiarei quanto me for possível: porém como o muito até agora se não disse em pouco, fallarei de cada objecto sem abusar da urbanidade attenciosa, com que souvi ouvido.

Certo sem que as paixões afugentaráo da terra a Justiça primitiva, respeitemos ao menos a sua sombra, que nos offerece a Lei civil no exercicio do Juizo contencioso. O Cidadão, que retarda, atropella, ou impede a sua marcha regular, substitue o arbitrio á corteza, a anarchia á segurança, e á prosperidade o desalento da indigencia. E que mais se atreveria a fazer o declarado inimigo da ordem social?

Modificai, alterai, paralisaí os passos da Lei na pratica

(a) Estat. do Curs. Jurid. tit. 3. cap. 8. §. 3. e seguintes. cap. 9. §. 8. e seguintes. tit. 4. cap. 2. §. 4. e seguintes.

da Justiça distributiva, quem poderá dizer que os contractos serão fielmente executados? que a herança paterna passará a legítimos herdeiros? que a innocencia não será opprimida; e o crime protegido? assim discorria Cicero, como homem público (a), na presença do Senado Romano; e como particular (b), ensinando a seu filho as obrigações do bom Cidadão.

Esta verdade, asseverada pelo Orador Jurisconsulto, não he mais desconhecida a quantos com intenções puras saúdo o templo da Legislação. Ninguém hoje ignora, que apenas a pratica da Lei he contaminada, o Foro cobre do respeitavel manto da Justiça o abutre, que a devora: cessarão as declamações contra o poderoso, que atrevida, e impunemente se arrosta contra a sanção penal: findarão as inuteis compaixões sobre o miseró desvalido; que a dispendio da razão, e dos costumes, sollicita a benevolencia de quem o julga: os Sábios de todas as Nações, reconhecerão em fim, que a corrupção na Ordem Judiciaria, lentamente aniquila a industria, estorpece o trabalho, semêa a Intriga, eterniza a trapaça, e suffoca o germen de todas as virtudes sociaes.

Se a boa fé abandonou os contractos, se os juramentos falsos prostituem o Juizo, se o Estrangeiro trata com o Natural por condições, que amortecem o Estado, he porque a pratica do Foro vigia, ou adormece com os olhos fitos no semblante dos contendores, em vez de os fixar em sua justiça.

A sciencia, a inteireza, a responsabilidade são as columnas, sobre as quaes se firma o santuario da Justiça distributiva. A praxe he filha da theorica: o Advogado, o Juiz, que ignorão os principios da Jurisprudencia depurada; que desprezão o continuo desenvolvimento da intelligencia das Leis; bem longe de acertarem com a pratica, fazem della hum jogo do acaso; combinavel sómente com o favor, ou aversão.

Quando os Estatutos da Universidade exigem nos Cursos Juridicos o conhecimento do Direito Natural e das Gentes, os Elementos do Direito Civil Romano, Canonico, e Patrio, a Hermeneutica Juridica, e o exercicio de sua applicação; por certo não se propozerão, que o Jurista promovesse, ou administrasse a Justiça sem confrontação da equidade natural, sem discernimento da bondade absoluta, ou relativa da lei,

(a) Orat. pro Caelina.

(b) Lib. 3. de Offic.

sem attenção á sua applicação, determinada no Código, que nos governa.

Epicteto, escravo Frigio, de quem as maximas occuparão o trono dos Cesares no governo de Marco Aurelio, perguntava ao Pretor da Grecia: *E sabes tu julgar? Acaso aprendeste a sciencia, que requer o teu emprego? Tenho a nomeação e patente de Cesar, ella me basta.* (respondeo o Pretor.) Mas o Filosofo continuava: *E pode ella dar-te a Jurisprudencia que te falta, e a que se faz indispensavel no exercicio do teu cargo?*

A sciencia que abre, e facilita a intelligencia das leis, não infunde o amor da Justiça, que deve presidir á sua applicação. Todos somos obrigados a ter probidade; mas o Sacerdote da Justiça orna-se a mais da inteireza.

Constituido pelo Soberano para dar exactamente a cada hum o que he seu no exercicio das funções judicarias, elle deve revestir-se do character imparcial das Leis: a oppressão, o interesse, a avareza, predominem os corações dos litigantes, armem laços reciprocos para maneatarem os braços da Justiça; o homem público não participa nas desordens e paixões, que elle por officio deve reprimir, e julgar. De outro modo nada ganharão os homens na constituição social: o juiz feito parte, renovarão na civilização os horrores do barbarismo, e farão lembrar com saudade os tempos calamitosos, em que a medida das forças fisicas decidio a moralidade da aggressão, e defesa.

A melhor lei, dizia Bacon de Verulamio, *(a) he a que menos deixa ao arbitrio do Juiz: o melhor Juiz he o que menos deixa ao seu proprio arbitrio.* Com razão solidissima o Augusto Fundador da Universidade qualificou de sacrilego attentado, a temeridade do Functionario público, que se atreve a restringir, ou ampliar a pratica das leis por seus proprios, e particulares dictames, constituindo-se Legislador, e fazendo seu o deposito, que lhe foi confiado para bem de todos. *(b)*

Infeliz e por extremo o genero humano, se não existissem continuamente adoradores da Justiça, que a conservão pura em suas orações. Nunca será crescido o numero desses poucos, que serve de recompensa o testemunho louvavel da propria consciencia. Desconheceria porém muito o imperio das

(a) IX Argment. Scient. Lib. 8. tit. 1. Aphorism. 46.

(b) Hist. Rom. Cur. Juid. tit. 6. cap. 6. §. 1. p. 114.

paixões que sustentasse, que o interesse pessoal não se capaz de fazer cultivar a virtude, quando resulta ao cultivador cômodo, ou incômodo infallível no seu modo de existir, ou figurar.

Pouco importa ao Estado, que o Julgador tenha inteireza por amor da Justiça; por honra do cargo, por interesse do seu adiantamento pessoal. Exista a integridade na pratica do julgar; e tanto basta ao bem da sociedade: mas a existencia deste bem social será sempre muito precaria, quando o Juiz não for responsavel dos abusos da sua autoridade.

Os Codigos Romanos, pela sabedoria das suas leis, governão ainda hoje a Europa civilizada. Os Proconsules, que regerão a Lusitania, havião-se applicado a conhece-las, e executar-las: porém como a responsabilidade dos seus julgados equivaleo a nada, o Foro converteo-se em latrocínio, a justiça degenerou em palavra sem significação; e nas invasões dos Povos do Norte, os Lusitanos preferirão a pobreza segura entre Barbaros, á liberdade precaria entre Romanos.

O Rei Chinsdayindo completou o Codigo dos Visogodos com muita parte do Theodosiano. Por elle devia formalmente regular-se a sentença do Magistrado: entre tanto a responsabilidade cercou-se de tantas difficuldades na pratica, que o arbitrio occupou o lugar da Lei, o Foro passou de arbitrario a tyrânico, e a massa da Nação já não conhecia Patria, quando os Arabes invadirão as Hespanhas.

A funesta experiencia não foi perdida para os refugiados nas Astorias, suas Leis mais grosseiras, que as dos Visogodos, tiveram melhor execução. Zampiro, Bispo de Astorga, na Chronica dos Reis de Leão ao an. 879. attesta, que dous Commissarios Reaes, maduramente escolhidos, visitavão o Reino cada seis mezes; congregavão a Conselho a Povoação, nelle fazião julgar os litigios segundo a disposição da Lei; no fim do anno davão conta da commissão na presença dos Estados do Reino; e alli mesmo recebião o premio da imparcialidade, ou o castigo corporal da prevaricação.

As Leis, que D. Affonso M. Rei de Leão promulgou a Portugal em 1012. e confirmou seu genro D. Fernando Magno em 1050. não diminuirão, antes augmentarão mais a responsabilidade dos Juizes. O Rei pessoalmente examinava em cada Povoação o comportamento das Juntas Judiciarias, e a imparcialidade das decisões. O resultado, que se derivou de

tão serio exame, foi a observancia da lei, e a inteireza no Juizo contencioso,

Quando se contempla a legislação, de que usava Portugal no tempo do Senhor Conde D. Henrique, he difficil conceber, como sendo tão imperfeita, assim mesmo tranquillizava os Povos, e seus direitos. Não aventuremos conjecturas, se quere-mos certificar-nos do grande nexo, que firmava esta administração.

Interroguemos testemunhas oculares; e D. Pelagio (a) Bispo de Oviedo nos responderá, que a vigilancia, e actividade de D. Affonso VI. Rei de Leão, Castella, Galiza, e Portugal, sem ajudar-se de leis estranhas conseguiu, que proprietarios, caminhanes, Nacionais, e Estrangeiros, viajassem por todo o Reino com inteira segurança de seus bens; que a mulher de qualquer idade, ou condição, podesse caminhar por desertos, ou povoados, carregada de ouro, ou prata, sem o menor receio de roubo, affronta, ou insulto.

Seguirão o mesmo systema nossos primeiros Reis. Complicada era ainda bastantemente a Legislação Patria no tempo do Senhor Rei D. Pedro I. Foracs, Doações, Prescripções, Concordatas, Leis geraes, Direito Civil Romano e Canonico, Partidas de D. Affonso X. de Castella, dictavão as decisões dos Juizes: porém a responsabilidade seguia-se tanto de perto á prevaricação, que os dez annos de Reinado daquelle Principe forão chamados dez dias de segurança, e de triumpho da Justiça distributiva.

Voltemos nossas vistas para a epoca do Direito Romano renascido na Europa. O Codigo de Theodosio restava, até misturado nas Collecções de Canones; porque entre as Nações barbaras o Clero vivia segundo a Lei Romana. A fermentação geral das Cruzadas, alargando a esfera dos conhecimentos Europeos, o fez mais conhecido na Escóla de Bolonha, que Pepo regia no principio do Seculo XII. Irnerio com melhor methodo, apreendido em Constantinopla, ensinava nesta Escóla em 1128. Nas ruínas de Roma em 1137, apparecem as Pandectas de Justiniano: Irnerio lhes ajunta Glosas interlineares até ao anno 1140. em que morreo, compõe a formula de todos os instrumentos públicos, e funda a Escóla dos Interpretes Glosadores.

(a) Chronica.

Ricardo Anglo, Interprete do Decreto de Graciano, foi o primeiro, que escreveu sobre a ordem do Juízo; sua Summula foi imitada, e augmentada por Pileo, Professor de Direito Civil em 1170: he Pileo o inventor das Questões Problematicas, a que deu o nome de Sabatinas, e Autor de huma Summula das Acções, e Accusações: Odo compoz sobre os Libellos: João de Deos formou a Pratica dos Advogados, dos Juizes, e dos Juizos: Aretino publicou a Introducção para servir aos Causidicos, e Foro Ecclesiastico: Gui de Droveda, Inglez, abriu caminho aos Praxistas Reinícolas, ordenando a Forma dos Juizos, segundo as Leis Municipaes da Cidade de Oxford: Placentino, Professor em Montpellier no an. 1196. fez tres livros dos Juizos, Acções, e Accusações: Rofredo, que vivia em 1215. dictou as Formulas dos Libellos; estas, e a Ordem Judicial de Pileo obtiverão a primazia no foro até 1271.

Os Praxistas desta Escola derivarão a pratica da intelligencia da lei; aonde ella faltava, recortarão aos princípios da equidade natural, que não os enganou em suas decisões. E tão grande foi a autoridade que adquirirão os Interpretes Glosadores, que ella servia de regra na composição das Leis.

O S. P. Innocencio III. Glosador em Bolonha com o nome de Lothario, formou grande parte das suas Decretaes pela opinião dos Glosadores, que reputava de melhor intelligencia; seus Successores não se desviarão das mesmas pisadas. O Cap. *Inhaerentes* 1. *de jurament. calumn.* adoptou aquelle juramento nas causas criminaes, seguindo a opinião de Bulgaro contra Martinho. O Cap. *Dilectus* 18. *de offic. jud. ordin.* fez a Lei Diocesana diversa da Lei de Jurisdicção, abraçando a Glosa de João Huggucio, antigo Interprete do Decreto de Graciano. He frequente nos Tratados, e Contractos dos Sobeiranos do Seculo XII. e XIII. achar-se a renuncia ao beneficio das Glosas, e das Summulas dos Interpretes Juristas. (a)

Quanto da Escola dos Glosadores transpirou na Legislação do Senhor D. Affonso II. mostra simplicidade, solidez, e bom sentido na Ordem do Juizo, igualdade nos contractos, satisfação da parte vencedora, soccorro dos naufragos, e segurança de seus bens, vigilancia contra a vindicta privada, e contra a amortisação das aquisições nos corpos de mão morta.

(a) Leibnitz Cod. Diplomat. Part. 1. N. 93. e tom. 1. secç. 5. cap. 2. §. 4. letra d.
Rittershus; De Different. Jur. Civil. et Can. Proem. in fin.

Em 1239. Francisco Accursio Florentino , juntando em hum só corpo as Glosas , que até então vagavão dispersas , fechou a Escóla dos Interpretes Glosadores ; e abriu a dos Tradadistas , que se chamou Accursiana. O fundador interpretou as Leis por sentenças breves, succosas, e demonstrativas: Cujacio estimou em muito seus trabalhos Juridicos, e Gravina assegura, que se a barbaridade do tempo tivesse permitido a luz da historia, e a elegancia da frase, Accursio não haveria deixado parte alguma da Jurisprudencia para ser explanada, e aperfeiçoada pelos Juristas modernos.

O forte dos Accursianos applicou-se a formar Compendios, que incluíão a doutrina do texto, entendida pela Glosa ; a confrontação das diversas intelligencias dos Interpretes ; a refutação das que parecião menos bem fundadas ; e a sustentação das sentenças, que deverião ser abraçadas. O partido da equidade, que na Escóla dos Interpretes Glosadores havia seguido Bulgaro, continuou a ser cultivado pelos Accursianos: occupando as Escólas Juridicas da Italia, e da França, elles diffundirão theorica, e pratica, de que se não envergonha a razão natural.

Foi Praxista Accursiano em 1256. João de Blanasio, Professor de Bolonha, que notou, e addicionou a Fôrma dos Libellos de Rofredo, e Commentarios sobre as Acções, e sobre a Ordem Judiciaria. Seguiu a mesma empresa até 1265. Odofredo, compondo Tratados singulares das Formulas das Acções, da Ordem dos Juizos, e da Arte dos Notarios.

Quanto até ao anno 1271. havião escrito os Praxistas da Escóla dos Interpretes Glosadores, e Accursianos, compilou Guilherme Durand, Professor de Bolonha, na Pratica, que intitalou *Speculum*. João André a illustrou pelos Opusculos dos Glosadores Praxistas, que ainda existião em 1348. Outro Professor de Bolonha, Jacob de Belviso, em 1330. dictou Pratica das Causas Criminaes.

Accursianos erão os Jurisconsultos Dino e Ricardo Petronio, que ordenarão o Livro VI. de Bonifacio VIII. e que por declaração autentica refrearão as opiniões encontradas, que dividião o Foro. Accursianos erão os Estudos de Bolonha, e Paris, quando appareceo a Ordem Judiciaria do Senhor D. Afonso III. e quando o Senhor D. Diniz em 1290. fundou a Universidade, e instituiu o Processo Portuguez na lingua vulgar. As utilissimas Leis deste Monarcha, e dos Senhores D.

Affonso IV. D. Pedro I. e D. Fernando sobre a agricultura, administração de Justiça, e autoridade Real attestão a sensata doutrina, que então reinava nas Escólas, e influia no Foro.

Imputa-se aos Accurcianos o excessivo respeito da Glosa, que no Foro era o idolo dos Juizes, e oraculo dos Advogados. Porém Cyno Pistoriense, derradeiro Jurisconsulto, que fechou a Escóla em 1336. ensinava, que a Glosa sem Lei era edificio sem alicerce.

Em Bartolo, que morreo no anno 1355. principia a Escóla do seu nome: respeitou elle ainda o Texto e a Glosa; mas seus Discipulos transgredirão essas balizas. Desde então a Dialectica dos Arabes, que enredava as outras sciencias, penetrou na Jurisprudencia; a verbosidade tomou posse dos pontos claros, vã profusão estendeo-se nos lugares communs, e a parcimonia reinou sômente no que era difficil entender.

Impacientes os Bartolinos por offuscar a memoria dos Juristas, que os haviam precedido, erigirão a presumpção em sabedoria, e metafisicas subtilizas em genuina intelligencia das Leis. Poucos foram os comedidos, que em seus prolixos commentarios prezassem a sciencia dos antigos Juristas, e tratassem de os imitar.

Entre estes João Pedro Ferrario, Professor de Bolonha em 1400. deo a Formula dos Libellos, que se chamou Practica Papiense, por ser feita sobre os Estatutos de Pavia. Os Advogados virão nella hum Compendio, que lhes poupava trabalho; e não tardarão em declara-la dominante no Foro. Baldo, que morreo em 1404. compoz a Practica Civil, Criminal, e Municipal; e formou hum Tratado sobre as cautelas do Foro, e dos Contractos. Antonio de Butrio, contemporaneo de ambos, ordenou os Repertorios do Direito Civil, e Canonico, de que se fez uso até á renovação de melhores Estudos.

A confusão, que produzião no Foro as opiniões dos innumeraveis Doutores Bartolinos, entumecidos de arguciosas minucias, e inculcados pelos pomposos titulos de *Monarchas de todo o Direito, e Sôes esplendidissimos da Jurisprudencia Universal*, criou a autoridade da Opinião cômum. Conveio-se geralmente nas Escólas, e nos Juizos, que vencesse a opinião, que contasse maior numero de Doutores, que a seguição.

Não tardarão logo os Bursatos, Vilalupos, Tursanos, Galganetos, Rosenthalios, Tiraquellos a formar *Thesouros das Sentenças communmente recebidas, Espelhos das Opiniões Usuaes,* e

Communissimas; entulhou-se o Foro com escolios de remissões a cada palavra Juridica; e na lista das opiniões mais seguidas apparecerão até os Doutores, que as havião combatido: o numero decidia o litigio, e não o estudo dos seus escritos. Para dar tregoas a esta guerra intestina, conveio-se por fim em que no Direito Civil prevalecesse a opinião commum da Glosa abraçada por Bartolo, e que no Direito Canonico vencesse a Glosa adoptada por João d'Anania, Professor das Decretaes em Bolonha em 1455. e conhecido pelo nome de Arcediago.

Finalizou a reputação da Escóla Bartolina em Jason Mayno, ultimo Jurisconsulto, que a conservou até 1519. Seus successores, destituídos inreiramente dos estudos, que distinguirão as Escólas precedentes, formárão do limo Bartolino a pedantesca balbuciencia dos Rabulas.

Contava hum Seculo a Escóla Bartolina, quando no Foro Patrio apparecerão as Ordenações do Senhor D. Affonço V. Sua Fôrma Judiciaria trabalhosa, complicada, incoherente, não offerece unidade no processo, nem responsabilidade nos frequentes, e previstos desvios dos executores da lei: entre tanto lá se exige ainda, que o Advogado em pública Audiencia sustentente de viva voz os direitos do seu cliente; por este meio a Advocacia conservava ao menos aptidão, e reputação.

Naturalmente a Ordem do Juizo correu a eternizar, e embrulhar os processos. Tentou reforma-la o Senhor D. Manoel nas Ordenações, que publicou até 1521. Não produzindo effeito esta reforma, outra foi imaginada pelo Senhor D. João III. em 1524; experimentou-se dous annos pelos Juizes da Côrte, antes de ser sancionada para todo o Reino em 1526. Era muito defeituosa a Fôrma judicial do Senhor D. Affonço V. produzida no outono da Escóla Bartolina; e como poderiam ser completas as reformas dos Senhores D. Manoel, e D. João III. geradas no inverno, que a extinguiu?

Por 1517. começa em André Alciato o gosto da Jurisprudencia, entendida pela Critica, e pela Historia; e soccorrida pela erudição. Quatro contemporaneos a ensinárão: Emilio Ferrero nas Universidades de Pisa, e Valença junto ao Rhodano; Budêo na de Paris; Antonio de Gouvêa, nosso natural, nas de Tolosa, Cahors, Grenoble, e Turim; Alciato nas de Pavia, Avinhão, Ferrara, e Burges, aonde se domiciliou, e perpetuou a sua doutrina. Ah! a bebo Cujacio, que augmentan-

do-a de mais brilhante lustre, lhe fixou o nome de Cujaciana. Alciato, primeiro restaurador da sã Jurisprudencia, não cultivou sómente a sua theorica; elle formou huma Pratica Forense, que não passando de Summula, pésa muito mais, que a dos grossos volumes, que lhe precederão.

Começava a Escóla da Jurisprudencia depurada, quando o Senhor D. João III. transplantava das Universidades da França as sciencias, que pretendia crescessem na Universidade de Coimbra. Varia foi a fortuna da nova plantação: as postillas dos Lentes de Leis Gonçalo Vaz Pinto, Gabriel da Costa, Ayres Pinel, de algum modo imitação ao nosso Gouvêa, discípulo de Emilio Ferreto. As postillas dos Lentes de Canones João Morgovejo, Bartholomeu Filippe, Christovão João, em nada se assemelham ao gosto, e critica de Antonio Agostinho, discípulo de Alciato.

Nos Estatutos de 27 de Dezembro de 1559. sem dúvida se propunha o Soberano, que as lições do Magisterio influissem na pratica do Foro; mas como os abusos, erigidos em sciencia, não se desterrão em poucos annos, era necessario, que dous Reinados se animassem do espirito do instituidor.

Qual fosse a indole Forense no tempo do Senhor D. João III. descobrem as breves notas, que sobre a fôrma dos Libellos publicou Gregorio Martins Caminha no anno 1549. Exposto o facto, appropriava-se-lhe a lei, ou capitulo especifico do Direito Romano, ou Canonico, a intelligencia da Glosa, o Doutor que a havia explanado: na falta do Direito commum recorria-se á Lei Patria, ou á opinião commum, que prevalecia no Foro. Eis aqui em seu vigor o succo do bom tempo da Escóla Bartolina.

Do mesmo Caminha se conhece, que os Praxistas de maior reputação erão Guilherme Durand, Angelo, irmão de Baldo, João de Ferraã, Hypolito de Marsiliis, que ensinou em Bolonha no anno 1525. Palacios, André Alciato, que viveo até 1550.

Na menor idade do Senhor D. Sebastião forão subtrahidos os Estatutos do Senhor D. João III. e soplantados por outros de 1565: repetio-se a perfida suppressão para terem lugar os Estatutos de 1592. roborados por D. Filippe II. de Castella. Estas frequentes mudanças preparavão apressadamente a perda dos Estudos da Universidade, e a extincção das luzes no Reino, meditada e sancionada pelos Estatutos de 1598. e Reformação de 1611.

Reduzio-se o ensino da Jurisprudencia Civil, e Canonica a Glosas, Bartolo, e Abbade Panormitano. Para comprovar a opinião commum formava-se o catalogo dos Doutores, que a seguirão, principiando pelos mais antigos, e acabando em dous, ou tres dos mais modernos: os Lentes Juristas forão interditos de advogar, ou julgar (a); e por este modo os Estatutos pronunciáão a solemne sentença de divorcio entre a theorica e a pratica, e entregáão o Foro ao arbitrio dos fados.

No tempo, em que florescia a Escóla Cujaciana entre as outras Nações, no tempo, em que ella melhorava seus institutos civis, e preparava a Escóla da Lei; he então que as portas lhe são fechadas na Universidade, e começa no Foro Patrio a Escóla dos Casos julgados, ultima e infecta distillação da poeira Bartolina.

Alvaro Valasco, Lente da Universidade em 1556. abraçou a Jurisprudencia theorica e pratica: escreveu a *Praxe das partilhas, e collações entre herdeiros: Questões de Direito Emphiteutico, e Consultas de Casos julgados na Casa da Supplicação*. Os dous livros das Consultas, são ainda formados segundo a indole da Escóla Bartolina, ajuntando a cada Consulta a decisão da Casa da Supplicação, fundamentada na opinião commum.

Com intelligente sobriedade ordenou Duarte Nunes de Leão em 1560. e 1569. o *Repertorio, Addições, Annotações dos cinco livros das Ordenações do Senhor Rei D. Manoel*; e compilou as Leis Extravagantes dos Senhores D. João III. e D. Sebastião.

Ferida mortal recebeu o Foro, quando Antonio da Gama, Desembargador do Paço, substanciou as Decisões da Casa da Supplicação por mandado do Senhor Rei D. Sebastião; menos era necessario para que sobre fracos estudos tomasse ascendente a autoridade autentica dos Casos julgados. A facil compilação foi continuada, já estensa, já abreviada, por Melchior Phebo, Jorge de Cabedo, Manoel Mendes, Gabriel Pereira. Estes cinco promotores da Escóla dos Casos julgados, muito desiguaes na Jurisprudencia Bartolina, conformavão-se ainda na seita da opinião commum.

Ao tempo, em que Gabriel Pereira escrevia seus *Tratados De Manu Regia*, compunha Francisco Salgado em Castella os

(a) Estatutos de 1598. liv. 2. tit. 27. §. 26. e liv. 3. tit. 18.

De Regia Protectione; e desde 1577. são públicos em França os *De Sacra Politia Forensi*, publicados por Chopin. Mas que differença nos Publicistas das tres Nações? Renato Chopin, cincoenta annos antes de Pereira, entendeo perfeitamente o assumpto, que explanava: Salgado, nos Direitos dos Reis de Hespanha, assegurava os de todos os Soberanos em materias Ecclesiasticas: Pereira em pontos, que se decidem por principios incontrovertidos, determinou-se por Casos julgados; e sem critica ou selecção de doutrinas, entregava o recurso á fatalidade do probabilismo.

Mendes formou a Pratica Lusitana, depois de publicada a Curia Filippica por Hevia Bolanos. Pouco ou nada aproveitou ao nosso Reinicola a brevidade, clareza, e solidez, que fazem ainda hoje reconhecivel o Praxista Hespanhol; assim mesmo destituida daquellas boas qualidades, a Pratica de Mendes he a melhor do Foro Patrio. Seu Repertorio das Ordenações Filippinas, impresso em 1604. sahio logo com os principios do contagio, que havia de perder totalmente o Foro: sobre algumas Ordenações aponta com parcimonia poucos Praxistas Reinicolas, as Partidas de Castella, e os Mascardos, Tiraquelllos, e semelhantes, nascidos e alimentados no lodo, em que por fim se convertera a Escóla Bartolina.

Guardou menos moderação Martim Alvares de Castro, adicionando o Repertorio de seu Pai; e o estrago Forense cresceu com o esbólio das Remissões. Acabou de o completar Jeronimo da Silva Corte-Real, sugerindo a cada palavra o consenso, e dissenso de todos os Praxistas Nacionais, e Estrangeiros, por meras citações nominaes: quando lhe faltáram Praxistas, substituiu notas particulares dos Senadores, que elle só conhecia.

Por tão commoda Jurisprudencia foi facil á Parte requerer contra o disposto na Lei; ao Advogado patrocinar sem attenção ao direito; e ao Juiz decidir, atropellando a prova dos Actos. A mais expressa, e terminante Ordenação tem Praxista Nacional ou Estrangeiro, que a contradiga; Senador, que atteste sua inobservancia; Aresto, que mude a sua intelligencia; e a balança da Justiça inclina para o arbitrio do Juiz.

Na Escóla dos Interpretes Glosadores tratava-se da intelligencia do Direito, na dos Accursianos procurava-se nas Glosas o sentido claro da lei, na dos Bartolinos as opiniões com-

munis partião ao menos da autoridade dos Juristas, que por seus escritos, e públicas Preelecções, havião grangeado nome, e reputação entre os sabios do tempo; mas na Escóla das Remissões, e Casos julgados, a autoridade vinha de homens, que, evitando até a presença das Partes, afoutamente decidião no Sacello dos Tribunaes: o Público sim os conhecia por Juizes; porém não afixava a sua boa, ou má intelligencia; e muito menos a sua moralidade, ou integridade.

Não era mais consolatorio o ensino da Jurisprudencia. Ao passar pela memoria o triste quadro da pobreza Juridica, a que chegou entre nós no Seculo passado a Lição, e a Praxe, seja-me permittido usar das côres da verdade, com que Guido Pancirolo (a) Professor em Padua, descreveo a Universidade de Bolonha pelos annos de 1580. No tempo de Bartolo, refere Pancirolo, os Estudos Juridicos principiavão a 4 de Outubro, e findavão a 7 de Setembro: o Curso era de quatro annos; e nelles se passavão, e estudavão todos os Côrpos de Direito com as suas Glosas. Quando se escureceo a Escóla Bartolina o Curso Juridico foi de cinco annos: começou a mania de refutar as opiniões dos outros, primeiro que o Professor estabelecesse a sua: dous mezes se consumião na exposição da Rubrica geral do titulo: igual espaço na explicação de hum texto; e finalizava o anno lectivo, tendo apenas o Professor commentado cinco leis, ou capitulos; e deixando seus ouvintes na incerteza da verdadeira opinião, que deverião abraçar.

Existindo nas Escólas theorica unicamente consumidora de tempo, e vasia de conhecimentos proveitosos, seguia-se naturalmente no Foro, como observa Gribner (b) pratica sem principios, e sem vinculo, que a chamasse á ordem da sua instituição. Reduzio-se o officio de advogar, e julgar ao mais commedo, e menos laborioso: as Collecções das Resoluções varias, das Disceptações Selectas, das Observações Selectissimas, poupáão estudo, e combinação das leis, e a promptidão advogados, e juizes, sem dispendio dos livros, e sem trabalho de os lêr. A direcção do processo foi entregue ao Escrivão do Auditorio que mais habilmente soube dictar, e su-
gerir hum termo.

(a) De claris legum Interpretib. lib. 2. cap. 4.

(b) Opuscular. Jur. Publ. Civil. et Canonis. tom. 4. sect. 2. et sect. 3. Hallae. Magdeburg. 1722.

Com a perda da Jurisprudencia, sentio-se logo a perda do Foro, e a impossibilidade de o restaurar. Faltava Escola Juridica; e quiz-se, que nas Consultas da Magistratura fossem preferidos os Bachareis mais letrados: a *Reformação da Justiça*, diminuindo a segurança pessoal do Cidadão, descansou no arbitrio irresponsavel do Juiz, para proceder a prisão antes de culpa formada: prohibio-se o perdão, ou dispensa na Residencia do Ministro; e não se assegurou a liberdade no depoimento, ou a diminuição da influencia do Magistrado sindicante: ameaçou-se o Desembargador, que visitasse a quem não fosse seu Collega; e não se previo, que a incivildade, junta ao exercicio de julgar, nutre rude ufania na ordem, e empeiora a administração da Justiça: pelo attractivo das esportulas, e não pelo rigoroso dever do cargo, apressou-se a expedição dos feitos, sem se amparar a rectidão dos despachos. Finalmente desde 1598. até 1612. lembrarão innumeraveis miudézas, segundo a ordem do dia, mas esquecerão sempre os pontos capitaes, que deverião regenerar as lições na Universidade, e a inteireza, e responsabilidade nos Executores da lei.

A 18 de Agosto de 1769. restabeleceo o Senhor Rei D. JOSE a observancia da Legislação Patria, restituindo a autoridade da Glosa do Chanceller contra a sentença infractora da Ordenação; decretou que a interpretação autentica, formada maduramente por Magistrados, instruidos no facto, e no direito, fosse sancionada pelo Soberano; proscripta a Escola Bartolina, substituiu-lhe a da Lei; na falta desta chamou a Razão Natural, as Leis Romanas, que nella se fundão, e as das Nações civilizadas, que nos avezinhão.

Desde o Codigo dos Visogodos até ao Filippino, as Legislações exigirão a observancia litteral da lei: a pesar da terminante disposição, os desvios do Juiz, e Advogado passarão a ser habituaes.

Cortadas pouco a pouco as arvores da Feudalidade, as Legislações, formadas na Eúropa depois do Seculo XII. amassarão Costumes Feudaes com Direito Romano; das folhas, que subsistirão dispersas, ignorarão-se os troncos, e as raizes; quiz-se acha-las nos Digestos, e Codigo, que as desconhecão: eis aqui os Executores das leis tão perplexos, como seus Compiladores; eis aqui perdido o fio da Jurisprudencia, e em seu lugar substituido o arbitrio, e a confusão.

Os Oráculos da Etorcalarão-se em Modestino, as Escólas Juridicas de Constantinopla, Beryto, e Roma perderão a sua gloria, os Glosadores, e Accurcianos muito fizeram, forçando para a equidade natural; porém os Bartolinos, e depois delles os Empiricos; na falta da Jurisprudencia depurada, vagarão pela caprichosa. Com esta se criou o Foro Patrio, nesta se abismou, e envelheceo, perpetuando abusos, que só o tempo, acompanhado de melhores estudos, poderá desterrar, ou melhorar. Quanto haveria sido feliz a Europa (observa Gotfrido Mascovio (a)) se a Escola Cujaciana se tivesse apossado do Direito Romano logo, que elle appareceo no Século XII! A civilização vagarosa nos Codigos Nacionaes, tomaria progressos rapidos, e marcharia sem tropeço a pár do trono augusto da Justiça.

Nulla era a reforma do Foro sem a dos Estudos Juridicos, que só o podem melhorar. Não ignorava o Immortal Fundador da Universidade, que o direito da forças entre Cidadãos de hum mesmo Estado, fôrma o distinctivo da barbaridade; que sentenças arbitrarías, diversamente proferidas em hum, ou muitos Juizos, annuncião a oppressão, ou dissolução do vinculo social; que o vigor, e observancia exacta da lei, afiança a duração perpetua da prosperidade pública; e tranquilliza nos Povos seus litigios vacillantes. Guiado por tão luminosos principios lançou por fundamento destas Escólas a Filosofia da mais pura Jurisprudencia; deo-nos em sua cultura a perfeição dos conhecimentos, que adornão as virtudes sociaes; habilitou-nos para indagar com discernimento claro, as partes componentes da Legislação Patria; patenteó-nos a fôrma de ajuizar com certeza sobre a moralidade, ou immoralidade dos Funcionarios Públicos na administração da Justiça distributiva; fez-nos em fim conhecer, que se o Foro não respeita o Sacro Palladio, que imparcialmente assegura, protege, defende, e vinga a honra, a vida, e os bens dos Cidadãos, a desordem não tem limites; e faz da sociedade o patrimonio dos poucos, que tem parte na execução das leis.

Em tudo teve conformidade o systema do Augusto Fundador. O Codigo Patrio mereceo pela primeira vez Professor, que o explicasse; e a Pratica Formularia recebeu o delineamento.

(a) Not. ad Cap. 175. De orto, et Progressu Jur. Civil. Jan. Vincent. Grayna.

mento, que a deveria dirigir nas Lições, e fazer proveitosa no Foro. Se a Providencia o chamou a melhor vida, antes de ver sazonados os frutos da sua benefica plantação; teve ao menos a certeza, de que a sã Jurisprudencia, que fazia raiar, e prosperar em nossas Escólas, regenerando as Legislações dos Povos, que a cultivavão, regeneraria tambem o Foro Portuguez.

Na illustrada Jurisprudencia da Universidade de Burges concebeo o Chancellor do Hospital o projecto das boas Leis, que honrarão em França o Reinado de Carlos IX. O Chancellor Lamoignon, que não perdeu de vista os planos daquelle sabio, e exacto Magistrado, os subministrou a Luiz XIV: elles servirão em grande parte a ordenar a Reformação do Processo Civil de 1667.

No fim do mesmo Seculo Frederico IV. Rei de Dinamarca, refundio o Codigo da sua Nação; e formou o que se fez recômmendavel pela disposição das materias, clareza, e brevidade na expressão, presteza na ordem Judicial, e responsabilidade nos Julgadores. Afrouxou sua observancia no Reinado de Chistiertno VI. e os Processos degenerarão promptamente na multiplicidade, e protelação, até que Frederico V. por leis providentes o fez de novo executar.

Para os Estados de Saboia, e Piemonte Victor Amadão, Rei de Sardenha, compilou em 1729. o Codigo do seu nome, que expellio do Foro os abusos, que o deturpavão. No anno 1734. o Senador Crunelion organizou o Codigo Civil e Militar da Suecia; e approvado pelos Estados Geraes do Reino no Governo da Rainha Ulrica Leonor, começou a praticar-se com proveito dos Povos em 1736.

Por hum Projecto, começado a executar-se na Pomerania em 1739. principiou as experiencias Legislativas Frederico o Grande, Rei da Prussia: seguiu-se a publicação do Codigo em 1751. recopilado pelo Chancellor Cocceio. A pesar da simplicidade da sua Ordem Judicial, a protelação continuava a enredar o Foro, e a disparatar as Sentenças. Então o Providente Rei fechou os Auditorios aos Advogados ignorantes, ou Vampiros da substancia dos Clientes; e confiou a administração da Justiça a Ministros sabios, e incorruptiveis: o Codigo marchou então sem desvios. Pouco satisfeito ainda o Legislador com esta providencia do momento, quiz hum a que fosse duravel. Em 1781. encarregou ao Chancellor Cramer a forma de Processar mais simples, e de responsabilidade mais se-

gura. Com as novas emendas, e algumas addições appareceu pela segunda vez o mesmo Codigo, mandado observar pelo Rei Frederico Guilherme no an. de 1794.

Catharina II. que ambicionou todo o genero de gloria, propoz-se tambem a de Legisladora do vasto imperio da Russia. Communicando a projectada Legislação a Frederico o Grande, he digna de memoria a resposta do sabio Rei: *As melhores Leis* (escrevia elle) *não tem força, quando falta Escola de sã Jurisprudencia, que instrua, e prepare os Advogados, e Juizes, que as devem executar.* Sem o fundamento lembrado por Frederico Grande, promulgou a Imperatriz Catharina o seu Codigo em 1776: era elle capaz de accelerar a civilização, e prosperidade dos vassallos do Imperio, se não fosse mal observado nos seguintes Reinados.

O genio, que dirigia o Imperador José II. o levava a imitar os grandes Legisladores do Norte. He obra do seu Reinado o Codigo Criminal dos Estados hereditarios da Casa d'Austria, publicado em 13 de Janeiro de 1787: em breves paginas tem o merecimento de apresentar pela primeira vez a justiça enlaçada na humanidade.

Sem receio das reflexões, enviadas por Frederico Grande á Imperatriz Catharina, propoz-se a Augusta Rainha, Nossa Senhora, refundir a Legislação Patria, e formar hum novo Codigo: para este fim criou em 31 de Março de 1778. a Junta de Ministros escolhidos, que desempenhassem o plano, dictado pela mais illustrada sabedoria. Negocios de maior urgencia suspendêrão tão gloriosos trabalhos, que hum dia para continuar, e ultimar a paternal providencia do Augusto PRINCIPE, que nos rege: em quanto não gozamos felicidade tão suspirada, conheçamos que o Foro he capaz de reforma.

Na Confederação Helvética a ordem Judicialia não consente os vermes roedores, que em muitas outras Nações carbonem a cadeia da Justiça; os litigios usuaes tem prompta expedición: Quando o pleito offerencia complicações o Conselho Supremo do Cantão nomeava tres Assessores escolhidos, que conciliassem as Partes; no desprezo de conciliação, procedião os Commissarios ás provas, imprimia-se o facto, o Relator, nomeado por turno, o expunha no Auditorio em dia certo, os Assessores alli mesmo o decidião, sem que o publico duvidasse da intelligencia da Lei, ou da integridade dos Juizes.

Em Hespanha a Sentença he publicada em dia certo, pre-

sentes as partes, e não o pôde ser em outro diverso dia : o Relatorio do Juiz ao tribunal he fiscalizado, emendado, e feito público pelas partes, até pela impressão, antes do dia da decisão : os Adjuntos não formão tenções no feito para serem vistas, ou seguidas por seus Collegas, e votando, fundamentão a decisão : he rarissimo haver motivo de recorrer a Revista por injustiça de Sentença de suas Chancellarias, ou Relações.

Facilmente se distinguem hoje as mãos, que prevalecerão na organização das Legislações actuaes. Essas em que predominarão Advogados e Magistrados, concentrarão, quanto foi possível, o Auditorio em hum só Juiz ; evitirão a publicidade; cercarão-se do silencio, do segredo, e da impunidade ; e confiarão tudo na boa fé do Julgador : porém as Legislações, em que obtiverão preponderancia Juristas, conhecedores dos homens, e das leis, fizerão o Auditorio público, estabelecerão o Juiz acompanhado e aconselhado, quizerão sua boa fé vigiada, seu arbitrio responsavel ; e por humma prudente desconfiança sobre os abusos do Foro, acertarão melhor na administração da Justiça.

Em nosso Foro hum principio nobre, e generoso, inclina sempre o Juiz para o partido da honra, e da rectidão. Este Principio tutelar descobre-se nas Leis, que tem por objecto a felicidade da grande familia do Estado: o Legislador, obrando alli como Pai, não olhou com indifferença para o bem individual de cada hum de seus filhos. A magestosa frase da Lei, não offerece então antinomias ; e aonde falta sua expressão, deduzem-se as consequências tão liberaes, e acertadas, como o genio do Legislador.

Outro principio interessado, e exclusivo, trabalha por surprender a Justiça : gerou-se no tempo das execuções Militares, quando a anarchia feudal estreitando o Monarcha, e abafando a Nação, formava Estados no Estado ; e attrahia a hum ponto os bens, e a liberdade de quantos comprehendia a circumferencia de cada pequeno circulo. Foraes, Privilegios locais, Doações particulares, Posses immemoriaes, são ainda a escuma desse pélagos, que inundou as Cidades, e os campos : altivo de sua origem repugna ao exame, e publicidade de titulos, amontôa pretensões, dobra difficilmente as formas legais, e rompe as barreiras da ordem geral do Juizo.

Queremos nós, quando o Foro (seja dominado) pelo principio nobre, e generoso, que o deve presidir? ausmos da restauração, que decretou o Senhor Rei D. JOSE na theorica da luminosa Jurisprudencia, e na pratica segura da Lei: ne vergonhoso ao Jurista aconselhar, ou julgar sem primeiro ver a prova, confrontada com a Legislação terminante: embora se encontre ella nos diversos volumes das Collecções; o trabalho não he impossivel, e facilita-se cada vez mais pelo uso: os officios de advogar, e julgar são encargos de homens entendidos, e applicados, e não entretenimento de pedantes ociosos.

Falta por ventura a Lei Patria, apropriada ao ponto do litigio? O Direito Natural, bem cultivado, aprompta imparcialmente a decisão, que não falta em haver sido abraçada nos Codigos Romanos; ou em outro de Nação, que nos iguala, ou excede em civilização. Alegra-se o sabio, achando nos escritos de outro a prova de suas opiniões; muitas vezes, indifferentes ao bem público, e não sentirá prazer o Magistrado, quando descança sua hesitação no voto approvado, e sacrosado pela experiencia de Seculos, e de Nações?

Convenho, em que o recurso a leis estranhas não carece de inconveniente; porém quando a Legislação Nacional falta a devida extensão, faz-se indispensavel o recurso. Não he sem exemplo as Legislações limitadas melhorarem pelo conhecimento, e pratica de outras mais extensas, e aperfeiçoadas: a ignorancia nunca se corregio a si mesma, e sempre suppõe desnecessario tudo o que ella não conhece.

Procura-se justiça no Foro por titulos autenticamente legitimados? Saiba conhece-los, e respeita-los o Advogado, e o Juiz; porém não torça a Pratica para dar-lhes a execução, e extensão, que a Lei expressamente não facultou. Acõmettem o Foro pretensões equivoças, sem outra autenticidade que o pó de Cartorios privativos, e inacessiveis? Use o Julgador da critica prudente, dê lugar ao desenvolvimento, não attraiçoe o Cidadão pacifico, e laborioso, e poupe á Justiça o labéo de Parte.

Este comportamento he o unico digno da magestade da Lei, da inteireza da Magistratura, e da marcha imparcial do Foro. Atropellar o processo, assustar o litigante, e decidir a contenda pelas clausulas geraes de *vistos os Actos, e Disposições de Direito*; desacredita o Foro, e manifesta a impericia, ou venalidade do Julgador.

A Prática tem systema, que não é outro fim a que se encaminha, e regras que a dirigem; o Foro as usa, e não as ensina. Que seria da Jurisprudencia theoretica, se ella recebesse a sua luz pelas Sentenças proferidas nos Feitos? Não admiremos pois os estragos do Foro Patrio, ha dous Seculos abandonado ás diversas pretensões dos Advogados, Sollicitadores, e Escrivães, ora permittidas, ora favorecidas, ora ignoradas pelo Julgador. O ensino scientifico, he quem até hoje gozou o singular privilegio, de chamar pouco a pouco os homens á ordem, e á razão; fazendo-lhes conhecer por facil methodo, o que sem elle corria com indifferença.

Altamente o previo, e acatellou o Immortal Restaurador de nossos Estudos, estabelecendo na Cadeira Synthetica de Direito Patrio as Lições da Prática Formularia. A multiplicidade de objectos, entregues a essa Cadeira, impiedio o desempenho desta repartição: trinta e mais annos passarão, amortecidos para o melhoramento da Jurisprudencia Pratica, ainda que sempre vivos para a diffusão da theorica. Era reservada a S. A. R. a gloria de completar na Universidade, o importante projecto de seu Augusto Avô; e foi criada a Cadeira, que separadamente ensina a Forma Judicial.

Por minhas Lições não tenho autoridade para reformar a Prática do Foro, assim como as Lições das Cadeiras theoreticas não emendão as Allegações dos Advogados, e as Sentenças dos Juizes: reduz-se a minha obrigação a guiar meus ouvintes por systema pratico, fundado na Lei, na Razão Natural, e no Direito Supplementario. Os Estatutos me prohibem ensinar, o que já se acha apprendido; por tanto nada repetirei de quanto fez objecto das Cadeiras theoreticas, subsidarias, ou Elementares.

Faltando Compendio Nacional, e Estrangeiro, formado no plano dos Estatutos, repartirei a theorica da Prática Formularia em oito Divisões. Cada huma Divisão comprehenderá as materias entre si mais analogas, distribuidas por titulos, e paragrafos, fundamentados na Lei, nos Praxisas de que ella foi tirada, nos Reunicolas que a entenderão, e nos Estantos, acceitados no Foro de todas as Nações. A Summa da theorica Formularia occupará as Lições, e Sábattas desde Outubro até Março; em Abril e Maio as Lições se reduzirão a Exercícios escritos e vocaes sobre actos, causas, e incidentes praticos no Foro.

Summula , e breves exercicios da Pratica Formularia não fôrão perfectos Praticos, bem como os Compendios das Cadeiras theoreticas não constituem consummados Juristas. Porém na Universidade aprendem-se principios, que diffundidos no Reino, fôrão Sabios, melhorando a Nação.

Juristas, que me acompanhareis nos trabalhos litterarios do presente Anno Lectivo, applicai a Jurisprudencia theoretica ao desenvolvimento da pratica, de que pende a segurança legal de nossos Concidadãos. Se a Providencia vos destina Magistratura, ou Advocacia; lembrai-vos de que as Lições desta Cadeira tem por objecto cumprir, e não attraiçoar as Leis; conhecei, que o arbitrio, deixado ao Julgador, he o arbitrio regulado pela sabedoria, e boa Fé, e nunca o sugerido pela ignorancia, e oppressão: a calumnia, a vingança, o interesse, disfarçados na capa da Lei, ah! não deturpem as obrigações do homem público.

Dignos então de occupar honrosamente a Cadeira da Justiça; corresponderéis ás Intenções Augustas de S. A. R.; e satisfareis aos desvelos incançaveis, com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bispo Conde, Reformador Reitor, promove o vosso aproveitamento.
